

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ: 40.475.846/0001-00

Av. Ayrton Senna da Silva, 555, Andar 1, Gleba Fazenda Palhano, Londrina, PR, CEP 86.050-460.

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2026

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

Demonstrações divulgadas no site.

<http://www.j17scd.com.br/>

A Diretoria da **J17** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

JOAO VICENTE
NICASTRO

ANSELMO: 878588
94900

Assinado de forma digital
por JOAO VICENTE
NICASTRO

ANSELMO: 87858894900
Data: 2026.09.04 10:04:59
-03'00'

João Vicente Nicastro Anselmo
Presidente

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, JOÃO VICENTE NICASTRO ANSELMO, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2026

JOAO VICENTE
NICASTRO
ANSELMO:878
58894900

Assinado de forma digital
por JOAO VICENTE
NICASTRO
ANSELMO:87858894900
Dados: 2026.09.04
10:05:17 -03'00'

João Vicente Nicastro Anselmo
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

semestre findo em 30 de junho de 2026

1. APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO GRUPO ECONÔMICO

Senhores,

A Diretoria submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração, juntamente com as demonstrações contábeis da ANKOR CAPITAL - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e da J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, instituições financeiras integrantes do grupo econômico, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e acompanhadas das respectivas notas explicativas, em cumprimento às disposições legais e à regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Ambas são sociedades anônimas de capital fechado, sediadas em Londrina (PR), autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e enquadradas no Segmento S5 da regulamentação prudencial. As instituições integram o mesmo Conglomerado Prudencial (grupo econômico), liderado pela ANKOR CFI, cujo Índice de Basileia Simplificado encerrou o semestre em 88,90%.

A J17 SCD está em atividade desde dezembro de 2020. A ANKOR CFI, constituída em outubro de 2025 e atualmente em fase inicial de operações, passou a integrar a estrutura do grupo e a exercer a condição de instituição líder do Conglomerado Prudencial. Por ter sido constituída no segundo semestre de 2025, suas demonstrações contábeis não apresentam valores comparativos referentes ao primeiro semestre daquele exercício.

A organização do grupo econômico em duas licenças complementares constitui um dos principais pilares da estratégia da Administração para os próximos exercícios. A ANKOR CFI amplia de forma relevante a capacidade operacional do conjunto, ao agregar uma base de capital ainda pouco utilizada, integralmente aplicada em ativos líquidos e praticamente livre de obrigações, sem modificar de forma relevante o perfil de risco já consolidado. É a partir dessa nova configuração do grupo, e não de um movimento isolado do semestre, que a Administração projeta uma expansão significativa de suas atividades nos próximos períodos.

Ao longo deste relatório, os valores identificados como combinados correspondem à soma aritmética das demonstrações contábeis individuais das instituições, apresentada exclusivamente para fins de leitura conjunta do desempenho do grupo; não se trata de demonstrações consolidadas e, portanto, não contempla eventuais eliminações entre as entidades.

ATIVO TOTAL COMBINADO

46.250

-36,9% vs. 31.12.2025

RECEITAS TOTAIS DO 1S26

53.443

-8,4% vs. 1S25

PATRIMONIO LIQUIDO COMBINADO

31.942

+7,1% vs. 31.12.2025

LUCRO LIQUIDO COMBINADO

634

Crédito Direto 885, Financeira (251)

CARTEIRA DE CREDITO BRUTA

27.309

+28,8% vs. 31.12.2025

BASILEIA DO CONGLOMERADO

88,90%

PRS5 de R\$ 31.350 mil

2. NÚMEROS COMBINADOS DO GRUPO ECONÔMICO

O ativo total combinado encerrou o semestre em R\$ 46.250 mil e o patrimônio líquido, em R\$ 31.942 mil, com crescimento de 7,1% em relação a 31 de dezembro de 2025. A J17 SCD responde por 77,1% do ativo e 66,9% do patrimônio líquido do grupo, enquanto a ANKOR CFI, ainda em fase inicial de suas operações, já representa 22,9% do ativo e 33,1% do patrimônio líquido, refletindo a capitalização realizada para suportar o início de suas atividades.

A redução de 36,9% do ativo total combinado não decorre de retração das atividades do grupo, mas se explica, em grande medida, pela devolução de R\$ 30.151 mil de recursos mantidos por clientes da J17 SCD em contas de pagamento pré-pagas, acompanhada da correspondente redução dos títulos vinculados a esses saldos. Desconsiderado esse efeito, as duas instituições apresentaram, em conjunto, expansão patrimonial no semestre. O lucro líquido combinado alcançou R\$ 634 mil, composto pelo lucro de R\$ 885 mil da J17 SCD e pelo prejuízo de R\$ 251 mil da ANKOR CFI, compatível com sua fase inicial de operação e com os investimentos necessários à estruturação de suas atividades.

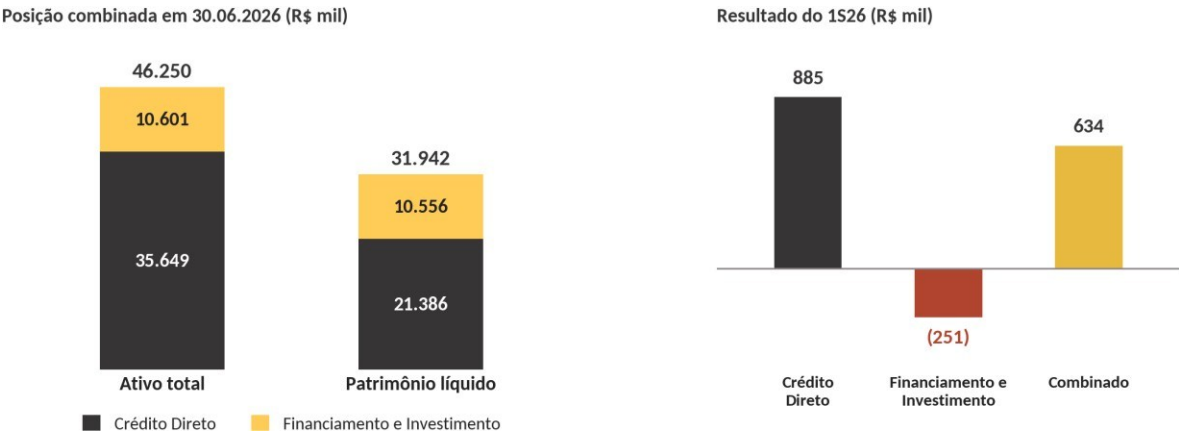


Gráfico 1 - Contribuição de cada instituição para o ativo, o patrimônio líquido e o resultado

Quadro 1 - Indicadores combinados do grupo:

Indicador combinado (R\$ mil)	06.2026 / 1S26	12.2025 / 1S25	Variação
POSIÇÃO PATRIMONIAL COMBINADA			
Ativo total	46.250	73.306	-36,9%
Ativos líquidos (disponibilidades, aplicações e títulos)	18.289	46.997	-61,1%
Carteira de crédito bruta	27.309	21.206	+28,8%
Carteira de crédito líquida de provisões	23.268	18.999	+22,5%
Depósitos em contas de pagamento pré-pagas	5.322	35.473	-85,0%
Passivo total	14.308	43.493	-67,1%
Patrimônio líquido	31.942	29.813	+7,1%
RESULTADO COMBINADO DO SEMESTRE			

Indicador combinado (R\$ mil)	06.2026 / 1S26	12.2025 / 1S25	Variação
Receitas totais	53.443	58.342	-8,4%
Despesas totais	(52.020)	(55.053)	-5,5%
Resultado operacional	1.422	3.289	-56,8%
Lucro líquido do semestre	634	3.289	-80,7%
INDICADORES COMBINADOS			
Patrimônio líquido / ativo total	69,1%	40,7%	+28,4 p.p.
Alavancagem (ativo total / patrimônio líquido)	1,45x	2,46x	-1,01x
Carteira de crédito líquida / ativo total	50,3%	25,9%	+24,4 p.p.
Margem líquida (lucro líquido / receitas totais)	1,2%	5,6%	-4,4 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	2,1%	-	-
Índice de Basileia Simplificado do Conglomerado	88,90%	-	-

3. SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO - DESEMPENHO DO SEMESTRE

As receitas totais da J17 SCD somaram R\$ 52.853 mil no semestre, ante R\$ 58.342 mil no primeiro semestre de 2025, e as despesas totais, R\$ 51.179 mil, ante R\$ 55.053 mil. O resultado operacional recuou 49,1%, para R\$ 1.673 mil, e o lucro líquido, 73,1%, para R\$ 885 mil este último também afetado pelo reconhecimento de R\$ 795 mil de imposto de renda e contribuição social, ausentes no comparativo de 2025.

O resultado bruto da intermediação financeira, contudo, cresceu 16,2%, para R\$ 19.091 mil, com recomposição relevante entre suas linhas: as receitas de operações de crédito recuaram 41,9%, para R\$ 5.178 mil, enquanto o resultado com operações de venda ou transferência de ativos financeiros mais do que dobrou, de R\$ 7.206 mil para R\$ 14.696 mil, e as rendas de aplicações interfinanceiras subiram de R\$ 579 mil para R\$ 1.254 mil. Em contrapartida, as despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito passaram de R\$ 268 mil para R\$ 2.037 mil.

A variação do resultado entre os semestres, decomposta no Gráfico 2, se concentra em três fatores: a redução de R\$ 8.951 mil nas rendas de tarifas bancárias, a ausência da reversão de provisões de R\$ 4.026 mil registrada no 1S25 e, em sentido oposto, a economia de R\$ 4.928 mil em despesas administrativas e de pessoal.

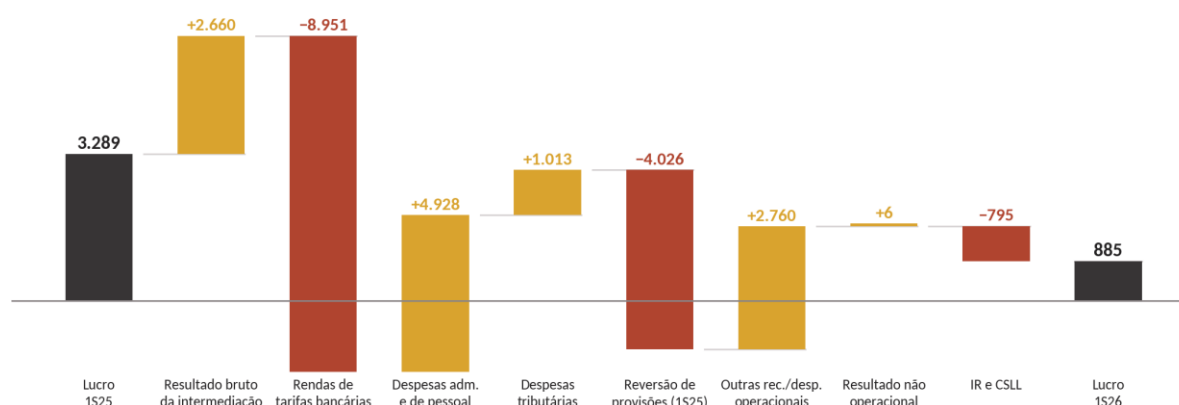


Gráfico 2 - Sociedade de Crédito Direto: variação do lucro líquido entre o 1S25 e o 1S26

A estrutura de receitas e despesas evidencia a natureza do modelo de negócio da J17 SCD. As rendas de tarifas bancárias respondem por 54,0% das receitas totais e as despesas de serviços do sistema financeiro, por 67,6% das despesas, duas linhas diretamente vinculadas ao volume transacionado. A relação entre elas melhorou no semestre: as despesas de serviços do sistema financeiro caíram de 72,5% para 65,4% das receitas totais.

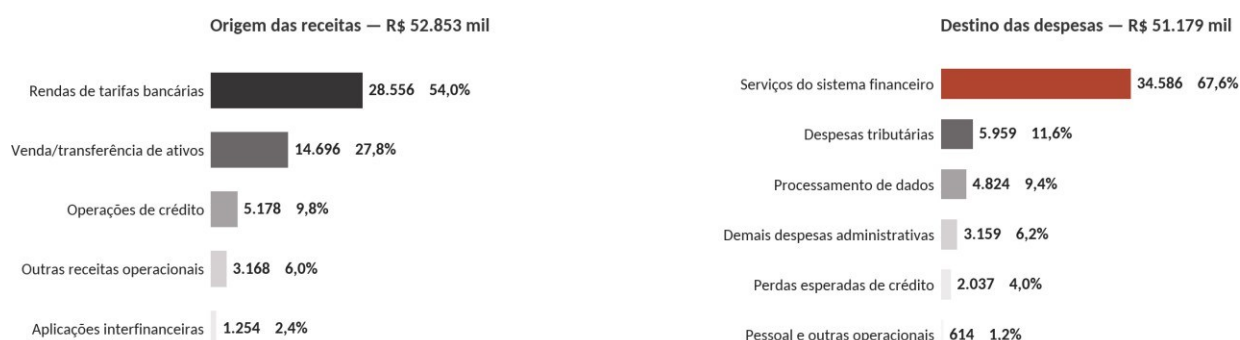


Gráfico 3 - Sociedade de Crédito Direto: composição das receitas e das despesas do 1S26

Quadro 2 - J17 SCD: resultado, rentabilidade e eficiência:

Sociedade de Crédito Direto resultado e rentabilidade	1S26	1S25	Variação
Receitas totais (R\$ mil)	52.853	58.342	-9,4%
Resultado bruto da intermediação financeira (R\$ mil)	19.091	16.431	+16,2%
Despesas totais (R\$ mil)	(51.179)	(55.053)	-7,0%
Resultado operacional (R\$ mil)	1.673	3.289	-49,1%
Lucro líquido do semestre (R\$ mil)	885	3.289	-73,1%
Margem operacional (resultado operacional / receitas)	3,2%	5,6%	-2,4 p.p.

Sociedade de Crédito Direto resultado e rentabilidade	1S26	1S25	Variação
Margem líquida (lucro líquido / receitas)	1,7%	5,6%	-3,9 p.p.
Índice de eficiência (despesas de pessoal e administrativas / receitas)	84,4%	82,3%	+2,1 p.p.
Serviços do sistema financeiro / receitas totais	65,4%	72,5%	-7,1 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	4,2%	-	-
Carga tributária efetiva sobre o resultado	47,3%	0,0%	+47,3 p.p.

4. SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO - ESTRUTURA PATRIMONIAL E CARTEIRA

O balanço da J17 SCD encerrou o semestre substancialmente menos alavancado. O patrimônio líquido passou a representar 60,0% do ativo total, ante 32,5% em dezembro, e a alavancagem recuou de 3,08 para 1,67 vez. A liquidez corrente subiu de 1,43 para 2,35 vezes e o caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 7.943 mil, cobre 149,3% dos saldos mantidos por clientes em contas de pagamento pré-pagas, ante 106,5% no encerramento de 2025. Excluídos os títulos vinculados a esses saldos, seu ativo próprio cresceu 6,0% no semestre, de R\$ 26.611 mil para R\$ 28.204 mil.

Os fluxos de caixa acompanham esse movimento: as atividades operacionais geraram R\$ 774 mil, revertendo o consumo de R\$ 1.234 mil do primeiro semestre de 2025, as atividades de investimento consumiram R\$ 168 mil em aquisições de imobilizado, e as de financiamento consumiram R\$ 30.456 mil, dos quais R\$ 30.151 mil relativos à devolução de saldos de contas de pagamento pré-pagas e R\$ 305 mil a dividendos e juros sobre o capital próprio.

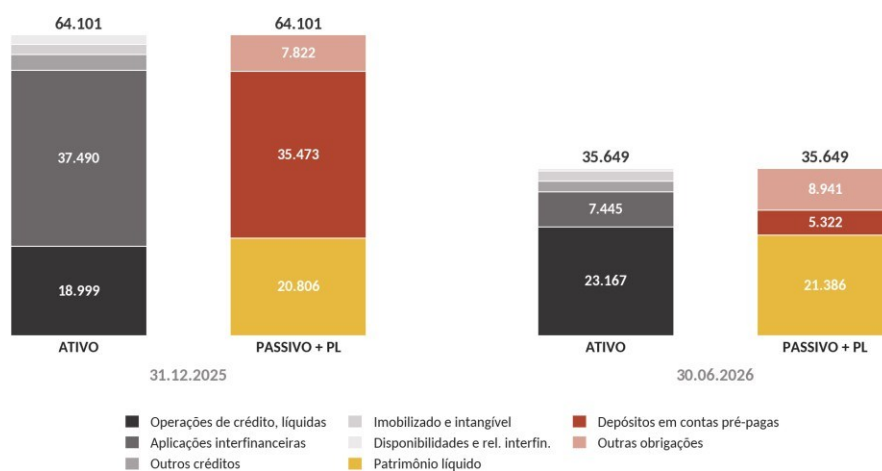


Gráfico 4 - J17 SCD: ativo e passivo mais patrimônio líquido nas duas datas-bases

A carteira de crédito bruta cresceu 28,3% no semestre, para R\$ 27.206 mil, concentrada em empréstimos e classificada quase toda na carteira C5. O crédito pessoal consignado foi o vetor da expansão, com alta de 32,7%, para R\$ 19.334 mil líquidos, 83,5% da carteira líquida.

A expansão veio acompanhada de deterioração da qualidade: os ativos problemáticos saltaram de R\$ 1.351 mil para R\$ 4.673 mil, elevando a inadimplência de 6,7% para 17,6% da base de classificação por estágios. A provisão foi reforçada de R\$ 1.285 mil para R\$ 3.323 mil, passando de 6,1% para 12,2% da carteira bruta, mas o reforço não acompanhou integralmente o avanço das exposições problemáticas: a cobertura recuou de 95,1% para 71,1%.

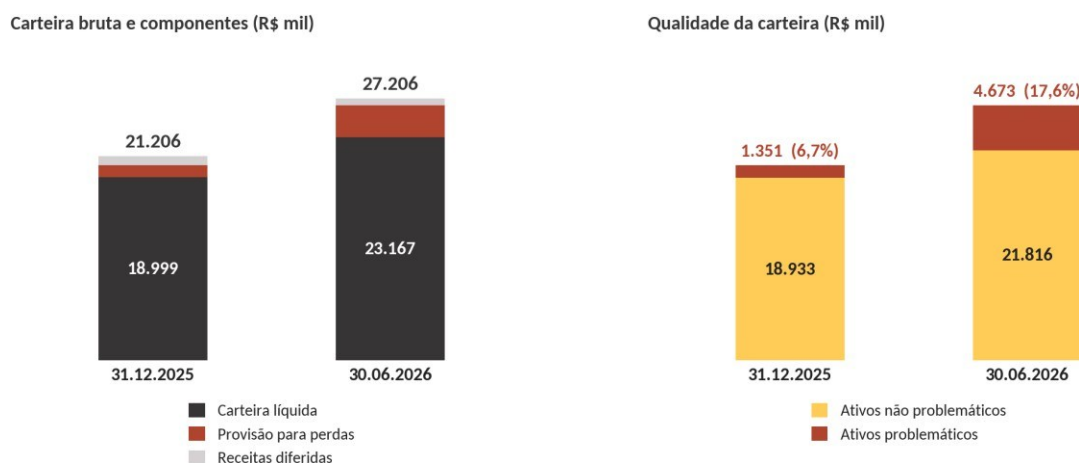


Gráfico 5 - J17 SCD: carteira de crédito, provisões e estágios de risco

Quadro 3 - J17 SCD: estrutura patrimonial e carteira de crédito:

Sociedade de Crédito Direto estrutura patrimonial e carteira	30.06.2026	31.12.2025	Variação
Ativo total (R\$ mil)	35.649	64.101	-44,4%
Ativo total excluídos os títulos vinculados a contas pré-pagas	28.204	26.611	+6,0%
Carteira de crédito bruta (R\$ mil)	27.206	21.206	+28,3%
Carteira de crédito líquida de provisões (R\$ mil)	23.167	18.999	+21,9%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	21.386	20.806	+2,8%
Patrimônio líquido / ativo total	60,0%	32,5%	+27,5 p.p.
Alavancagem (ativo total / patrimônio líquido)	1,67x	3,08x	-1,41x
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,35x	1,43x	+0,92x
Caixa e equivalentes / depósitos em contas pré-pagas	149,3%	106,5%	+42,8 p.p.
Ativos problemáticos (R\$ mil)	4.673	1.351	+245,9%
Inadimplência (problemáticos / base de classificação)	17,6%	6,7%	+10,9 p.p.
Provisão / carteira de crédito bruta	12,2%	6,1%	+6,1 p.p.

Sociedade de Crédito Direto estrutura patrimonial e carteira	30.06.2026	31.12.2025	Variação
Cobertura dos ativos problemáticos pela provisão	71,1%	95,1%	-24,0 p.p.

5. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - INÍCIO DAS OPERAÇÕES

Constituída em 2 de outubro de 2025, a ANKOR CFI encerrou o primeiro semestre de 2026 com ativo total de R\$ 10.601 mil, crescimento de 15,2% sobre 31 de dezembro de 2025, e patrimônio líquido de R\$ 10.556 mil, alta de 17,2%. A evolução patrimonial decorre da integralização de R\$ 1.800 mil de aumento de capital, ainda pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil na data-base, somada ao capital social de R\$ 9.000 mil.

O balanço reflete uma instituição em fase de estruturação: o ativo é composto essencialmente por títulos e valores mobiliários (R\$ 10.300 mil, ou 97,2% do total), dos quais R\$ 1.855 mil já vinculados ao Banco Central, e o passivo se resume a R\$ 45 mil de obrigações fiscais e diversas, apenas 0,4% do ativo total. O patrimônio líquido financia 99,6% do balanço, o que confere a instituição ampla capacidade para sustentar a originação de crédito nos próximos períodos.

As primeiras operações de crédito já foram contratadas: a carteira encerrou o semestre em R\$ 103 mil de saldo contratual, integralmente classificada como ativo não problemático e sem atrasos, com provisão de R\$ 2 mil. As receitas da intermediação financeira somaram R\$ 590 mil, praticamente todas provenientes da aplicação dos recursos próprios em títulos e valores mobiliários, cuja rentabilidade foi de 6,0% no semestre. As despesas administrativas de R\$ 806 mil, concentradas em processamento de dados (R\$ 332 mil), manutenção de bens (R\$ 214 mil) e serviços de terceiros (R\$ 104 mil) refletem os custos de estruturação da operação e conduziram ao prejuízo de R\$ 251 mil no período, compatível com a fase de implantação.

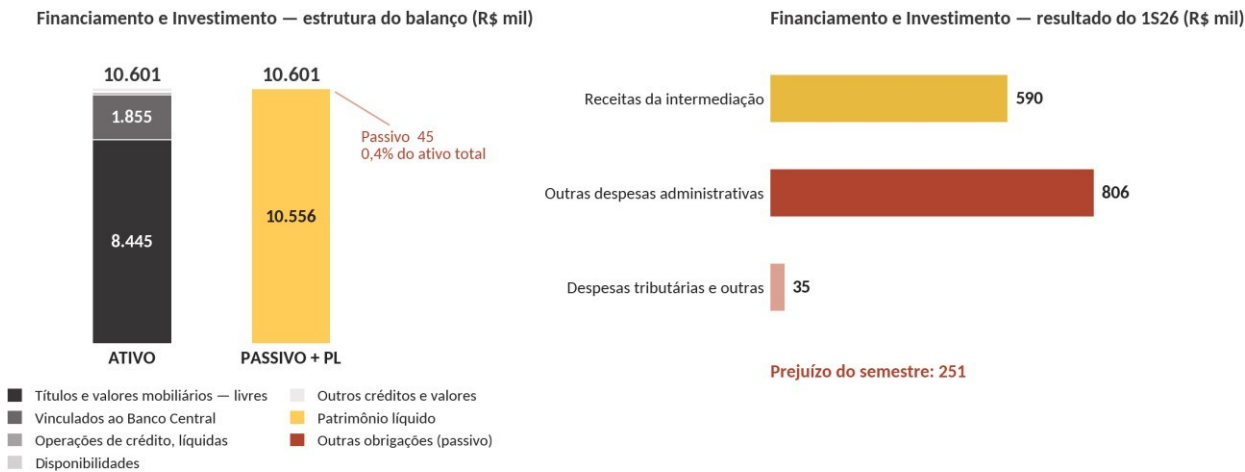


Gráfico 6 - ANKOR CFI: balanço e resultado do 1S26

Quadro 4 - ANKOR CFI: posição e resultado:

Financiamento e Investimento posição patrimonial e resultado	06.2026 / 1S26	12.2025	Variação
Ativo total (R\$ mil)	10.601	9.205	+15,2%
Títulos e valores mobiliários (R\$ mil)	10.300	9.166	+12,4%
Livres	8.445	9.166	-7,9%
Vinculados ao Banco Central	1.855	-	-
Carteira de crédito líquida (R\$ mil)	101	-	-
Disponibilidades (R\$ mil)	46	38	+21,1%
Passivo total (R\$ mil)	45	198	-77,3%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	10.556	9.007	+17,2%
Patrimônio líquido / ativo total	99,6%	97,8%	+1,7 p.p.
Receitas da intermediação financeira do semestre (R\$ mil)	590	-	-
Outras despesas administrativas do semestre (R\$ mil)	(806)	-	-
Prejuízo do semestre (R\$ mil)	(251)	-	-
Rentabilidade dos títulos e valores mobiliários no semestre	6,0%	-	-

6. CAPITAL E SOLVÊNCIA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado, nos termos da Resolução CMN n.º 4.606/2017. Em 30 de junho de 2026, o PRS5 do Conglomerado alcançou R\$ 31.350 mil e o Índice de Basileia Simplificado encerrou o semestre em 88,90%, patamar bastante superior ao requerimento mínimo aplicável às instituições enquadradas no Segmento S5.

O PRS5 corresponde ao patrimônio líquido combinado das duas instituições, de R\$ 31.942 mil, deduzido do ativo intangível líquido de R\$ 592 mil registrado na J17 SCD. As instituições permaneceram enquadradas nos limites mínimos de capital e patrimônio compatíveis com o grau de risco da estrutura de seus ativos, e mantêm estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, de liquidez, operacional, socioambiental e de capital compatíveis com o seu porte e modelo de negócio, além de componente organizacional de ouvidoria implementado.

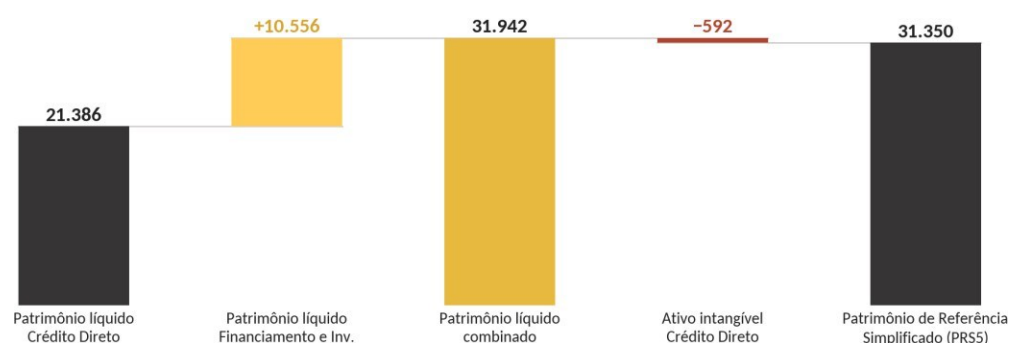


Gráfico 7 - Do patrimônio líquido combinado ao Patrimônio de Referência Simplificado do Conglomerado

7. PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração vê um ciclo de crescimento relevante a frente para o grupo. A entrada em operação da ANKOR CFI adiciona ao grupo uma licença de escopo mais amplo, sustentada por um patrimônio líquido de R\$ 10.556 mil praticamente livre de obrigações e integralmente aplicado em ativos líquidos, base de capital pronta para ser convertida em carteira a medida que a operação ganhar escala.

Para o segundo semestre de 2026, as prioridades são a recomposição da qualidade da carteira de crédito da J17 SCD, com atenção especial ao índice de cobertura das exposições problemáticas, a manutenção do ritmo de originação no crédito consignado, a continuidade do ganho de eficiência na relação entre as receitas de tarifas e os custos de serviços do sistema financeiro, e a aceleração da originação na instituição em implantação, aproveitando a capacidade de capital já constituída.

A estrutura patrimonial construída no semestre confere margem para essa agenda: o patrimônio líquido combinado de R\$ 31.942 mil sustenta 69,1% do ativo total do grupo, a alavancagem combinada recuou para 1,45 vez e o Índice de Basileia do Conglomerado, de 88,90%, mantém folga expressiva sobre o mínimo regulamentar. A Diretoria agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores pela confiança depositada nas instituições.

Londrina (PR), 28 de agosto de 2026.

A Diretoria

J17 - Sociedade de Crédito Direto S/A

Ankor Capital - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S/A

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A.

Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 28 de agosto de 2026.

**RONSKOSKI
AUDITORES
INDEPENDENTES S/
S:43995582000104**

Assinado de forma digital por
RONSKOSKI AUDITORES
INDEPENDENTES S/
S:43995582000104
Dados: 2026.08.31 20:53:26
-03'00'

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 011842/O-5
CVM Nº 13200

**LUIZ EDUARDO
RONSKOSKI:02
106838999**

Assinado de forma digital
por LUIZ EDUARDO
RONSKOSKI:02106838999
Dados: 2026.08.31
20:52:59 -03'00'

Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR Nº 044.768/O-3

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
(CNPJ: 40.475.846/0001-00)

Balanço patrimonial para o período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025	PASSIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		33.555	61.991	CIRCULANTE		14.263	43.295
Disponibilidades		498	303	Depósitos	10	5.322	35.473
				Outros Depósitos		5.322	35.473
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	7.445	37.490				
Títulos Vinculados a Saldo em Conta Pré-paga		7.445	37.490	Outras obrigações	11	8.941	7.822
				Cobrança e arrec. de tributos		130	252
Relações Interfinanceiras	6	121	1.787	Fiscais e previdenciárias		1.230	703
Créditos Vinculados		121	1.787	Diversas		7.580	6.867
Operações de crédito	7	23.167	18.999				
Operações de crédito		27.206	21.206				
(-)Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		-3.322	-1.285	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	21.386	20.806
(-)Receitas diferidas - TJEO diferenciada		-716	-922	Capital Social		13.800	8.450
				Capital		13.800	8.450
Outros créditos	8	2.324	3.412	Reserva de Lucros		6.701	12.356
Diversos		2.324	3.412	Lucros ou Prejuízos Acumulados		885	0
NÃO CIRCULANTE		2.094	2.110				
Imobilizado	9	1.502	1.388				
Outras Imobilizações de Uso		1.769	1.601				
(-) Depreciações Acumuladas		-267	-213				
Intangível	9	592	722				
Ativos Intangíveis		1.307	1.307				
(-) Amortizações Acumuladas		-715	-585				
TOTAL DO ATIVO		35.649	64.101	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		35.649	64.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
(CNPJ: 40.475.846/0001-00)

Demonstração do resultado para o período findo em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	NE	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		21.129	16.699
Operações de crédito	13	5.178	8.914
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	14	1.254	579
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		14.696	7.206
Despesas da Intermediação Financeira		(2.037)	(268)
Operações de empréstimos e repasses		-	-
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.037)	(268)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		19.091	16.431
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(17.418)	(13.142)
Receitas de prestação de serviços		-	-
Rendas de tarifas bancárias		28.556	37.507
Despesas de pessoal		(316)	(374)
Outras despesas administrativas	15	(42.569)	(47.439)
Despesas tributárias	16	(5.959)	(6.972)
Outras despesas operacionais		(298)	-
Outras Receitas		3.168	110
Reversão de Provisões Perdas Esperadas		-	4.026
Resultado Operacional		1.673	3.289
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		6	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		1.679	3.289
Imposto de Renda e Contribuição Social		(795)	-
Provisão para imposto de renda		(546)	-
Provisão para contribuição social		(249)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		885	3.289
Lucro (Prejuízo) por ação		0,06	0,399
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
(CNPJ: 40.475.846/0001-00)**Demonstração do resultado abrangente para o período findo em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	885	3.289
Outros Resultados Abrangentes	-	-173
Resultado Abrangente do Período	885	3.116
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A (CNPJ: 40.475.846/0001-00)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais			
Saldos em 31 de dezembro 2025	8.450	234	12.122	-	-	20.806
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	5.350	-	(5.350)	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	885	885
4 - Destinações:	-					
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	(305)	-	-	(305)
- Reservas Especiais de Lucro	-	-			-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2026	13.800	234	6.467	-	885	21.386
Mutações do Exercício	5.350	-	(5.655)	-	885	580

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais			
Saldos em 31 de dezembro 2024	8.450	234	4.338	-	-	13.022
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	(173)	(173)
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	3.289	3.289
4 - Destinações:	-					
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	(110)	-	-	(110)
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	(20)	-	-	(20)
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2025	8.450	234	4.208	-	3.116	16.008
Mutações do Exercício	-	-	(130)	-	3.116	2.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
(CNPJ: 40.475.846/0001-00)

Demonstração do fluxo de caixa para o período findo em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/06/2026	30/06/2025
1.1 Lucro/Prejuízo do período	885	3.289
1.2 Ajustes por Depreciação	184	171
1.3 Ajustes por Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito	2.037	312
1.4 Ajustes Realizado em Operações de Crédito	0	-173
2. Variação de Ativos e Obrigações	-2.332	-4.833
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	1.666	0
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Relações Interfinanceiras	0	900
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-6.205	-2.935
2.4 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	1.088	-5.359
2.5 Outros valores e bens	0	0
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	405	-580
2.7 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.8 Aumento (Redução) Diversos	714	-3.141
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	774	-1.234
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-168	-953
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-168	-953
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-30.456	-2.159
5.1 Depósitos	-30.151	-2.029
5.3 Dividendos pagos / Juros Sobre o Capital Próprio	-305	-130
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-29.850	-4.346
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	37.793	7.996
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.943	3.650
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

**J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
(CNPJ: 40.475.846/0001-00)****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2026**

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 23 de dezembro de 2020 por meio do Ofício 32.470/2020-BCB/Deorf/GTCUR, com base na Resolução CMN nº 4.656, de 26 de abril de 2018. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado do Paraná ocorreu no dia 20/01/2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional – CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A Resolução CMN nº 4.818/2020 estabelece os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, avaliou os eventos subsequentes até o dia 28 de agosto, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS**a) Receitas e despesas**

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei nº 11.638/2007 é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito são apresentadas pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata die”. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Esta provisão é constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023, e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso – 10% e sistema de processamento de dados – 20%.

h) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, em razão do caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 12%.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Recebimento de fluxos de caixa contratuais	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos financeiros classificados ao valor justo não estão sujeitos à constituição de provisão separada para perdas esperadas, pois as variações do valor justo são reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a classificação. Para ativos ao custo amortizado, a provisão para perdas esperadas é reconhecida de acordo com a metodologia aplicável, não se restringindo à ocorrência de inadimplência.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2026 as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por Letras Financeiras do Tesouro, e estão representados pelo montante de R\$ 7.445, classificados como “Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga”, conforme abaixo;

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30/06/2026	31/12/2025	Classificação Contábil
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga	7.445	37.490	Custo Amortizado
Letras Financeiras do Tesouro	7.445	37.490	Custo Amortizado

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo de Relações Interfinanceiras é composto de créditos vinculados ao Banco Central do Brasil da seguinte forma;

	30/06/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	121	1.787
Banco Central – PIX- Conta de Pagamento	121	1.787

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

Operações de Crédito	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	27.206	0	27.206	21.206	0	21.206
Saldo Contratual	27.206	0	27.206	21.206	0	21.206

Operações de Crédito	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
(-) Receitas Diferidas - TJEO	716	0	716	922	0	922
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	1.997	0	1.997	510	0	510
(-) Provisão Adicional	1.326	0	1.326	775	0	775
(-) Provisão de Perdas	3.323	0	3.323	1.285	0	1.285
Saldo Contábil Líquido	23.167	0	23.167	18.999	0	18.999
Classificação Contábil	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	30/06/2026	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	23.167	18.999
Empréstimos	23.167	18.999
Capital de Giro	55	287
Crédito Pessoal	3.778	4.145
Crédito Pessoal - Consignado	19.334	14.567

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	26.489	20.284
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	21.816	18.933
Empréstimos e Direitos Creditórios	21.816	18.933
Empréstimos e Direitos Creditórios	21.816	18.933
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	4.673	1.351
Empréstimos e Direitos Creditórios	4.673	1.351
Empréstimos e Direitos Creditórios	4.673	1.351

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	26.489	20.284
Carteira C4	36	255
Não Problemáticos	36	250
De 0 a 14 dias de atraso	0	198
De 15 a 30 dias de atraso	0	22
De 61 a 90 dias de atraso	0	30
Problemáticos Inadimplidos	36	5
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2	1	5
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 4	30	0
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 6	5	0
Carteira C5	26.453	20.029
Não Problemáticos	21.816	18.682
De 0 a 14 dias de atraso	20.705	16.581
De 15 a 30 dias de atraso	262	481
De 31 a 60 dias de atraso	354	1.382
De 61 a 90 dias de atraso	494	238
Problemáticos Adimplidos	1.497	479
De 0 a 90 dias de atraso	1.497	479
Problemáticos Inadimplidos	3.139	868
Inadimplido - período menor que um mês	361	249
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2	551	122
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 1	339	0
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 2	428	0
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 3	554	0
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 4	182	0
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 5	170	0
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 6	112	0
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 7	63	0
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 8	25	0
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 9	262	0
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 10	43	0
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 11	21	0
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 12	2	0
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 13	22	0
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 15	2	0
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 16	2	0

8. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos Outros Créditos;

	30/06/2026	31/12/2025
Diversos	2.324	3.412
Adiantamentos	1.186	2.014
Ativos Fiscais Diferidos	4	0
Impostos e Contribuições a Compensar	824	796
Devedores Diversos - País	310	602

9. IMOBILIZADOS DE USO E INTANGÍVEL

O ativo permanente da instituição no valor de 2.094 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. e taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Imobilizado de Uso	2.094	1.388
Móveis e Equipamentos de Uso	817	650
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	952	952
(-) Depreciações Acumuladas	-267	-214
	30/06/2026	31/12/2025
Intangível	591	722
Sistema de Processamento de Dados (adquiridos)	1.307	1.307
(-) Amortização	-715	-585

10. DEPÓSITOS

Se refere a registros dos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, instrução normativa BCB.

Abaixo a composição dos depósitos;

Outros Depósitos	30/06/2026	31/12/2025	Classificação Contábil
Contas de Pagamento Pré- Paga	5.322	35.473	Custo Amortizado
Saldos de Livre Movimentação	5.322	35.473	Custo Amortizado

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A evolução de saldo reflete o aumento no volume de operações assim como saldos a regularizar referente as mesmas;

	30/06/2026	31/12/2025
Outras Obrigações	8.941	7.822
Cobrança e arrecadação de tributos	130	252
Fiscais e previdenciários	1.230	703
Diversas	7.581	6.867

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

***valores expressos em reais**

Capital Social

O capital social subscrito é de R\$ 13.800.000,00 e pertencente a acionistas domiciliados no País, estão representadas por ações ordinárias.

Reservas de Lucros

A empresa apresentou saldo de reservas de lucros de R\$ 6.701.066,57 no período vigente.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

A empresa apresentou no 1º semestre de 2026, saldo apurado de lucros R\$ 884.557,84

13. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição de Operações de Crédito;

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Operações de Crédito	5.178	8.914
Renda de Empréstimos	5.178	8.874
Renda de Financiamentos	0	40

14. RENDAS DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Abaixo a composição das Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	1.254	579
Rendas de aplicações interfinanceiras de Liquidez	1.254	579

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Outras Despesas Administrativas;

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Despesas Administrativas	42.569	47.439
Despesas de Água, Energia e Gás	19	12
Despesas de Aluguéis	424	500
Despesas de Comunicação	11	9
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	541	2
Despesas de Materiais	2	3
Despesas de Processamento de Dados	4.824	2.905
Despesas de Propaganda e Publicidade	235	491
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	34.586	42.296
Despesas de Serviços de Terceiros	752	483
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	269	295
Despesas de Transportes	105	2
Despesas de Viagens	52	78
Outras Despesas Administrativas	563	193
Despesas de Amortização	130	131
Despesas de Depreciação	56	39

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das Despesas Tributárias;

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributária	5.959	6.972
Despesas Tributárias	2	1
Despesas de ISS	1.418	1.973
Despesas de COFINS	3.732	4.107
Despesas de PIS	807	891

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não

conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo às normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas normas do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de funding da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUIDORIA: O componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementado via ABSCM instituição representativa de classe.

18. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme a regulamentação prudencial vigente, especialmente a Resolução BCB nº 201/2022. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 84,50% ficando seu Patrimônio de Referência (PRS5) no fim do período em R\$ 29.220.571,46.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a NBC TG 24 – Evento Subsequente, informamos que a conclusão da elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2026 foi autorizada pelos sócios da J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A em 20/08/2026.